

**ACORDO de RESULTADOS**

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

# **SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL**

## **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 1ª ETAPA DO ACORDO DE RESULTADOS**

**ANO DE REFERÊNCIA: 2010**

**Belo Horizonte, maio de 2011**

# ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

## SUMÁRIO

ITEM	PÁGINA
1 – INTRODUÇÃO	3
2 - DESEMPENHO DO SISTEMA	4
2.1 – INDICADORES FINALÍSTICOS	4
2.2 – PROJETOS ESTRUTURADORES	5
2.3 – AGENDA SETORIAL DO CHOQUE DE GESTÃO	6
2.4 – INDICADORES DE RACIONALIZAÇÃO DO GASTO	19
2.5 – QUADRO GERAL DE DESEMPENHO	21

## 1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório se destina a fornecer à Comissão de Acompanhamento e Avaliação – CAA - informações sobre o desempenho do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual no alcance das metas e resultados pactuados na 1ª etapa do seu Acordo de Resultados.

Os dados e informações aqui relatados foram consolidados pela Equipe de Apoio à Gestão Estratégica - EAGE, que elaborou esse Relatório.

Os valores alcançados nos indicadores de Finalísticos que não provêm de fontes oficiais de pesquisa e estatística contaram com a supervisão e colaboração do Programa Estado para Resultados na apuração dos mesmos.

Os percentuais de execução dos Projetos Estruturadores foram calculados pelos técnicos da Superintendência Central de Gestão Estratégica de Recursos e Ações do Estado – GERAES – da Secretaria de Planejamento e Gestão.

Os valores alcançados nos indicadores de Racionalização do Gasto foram levantados pela Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária – SCPPO – da Secretaria de Planejamento e Gestão.

Os valores alcançados nos indicadores dos Itens Comuns da Agenda Setorial do Choque de Gestão foram apurados pelas unidades administrativas responsáveis pelo seu monitoramento.

**Os demais dados, bem como as informações e justificativas aqui apresentadas foram obtidas junto às áreas responsáveis pela execução das metas e ações pactuadas e correspondem à realidade dos fatos, pelo que assumimos a responsabilidade pela exatidão dos mesmos.**

***As fontes de comprovação dos resultados aqui apresentados estão organizadas e arquivadas junto à Equipe de Apoio à Gestão Estratégica da Secretaria ou de cada entidade vinculada, de acordo com a responsabilidade pela execução de cada meta, e podem ser consultadas a qualquer momento pela CAA, pela Auditoria Setorial/Seccional, pela Auditoria Geral do Estado ou por outros órgãos de controle e auditoria.***

**Por fim, destaco que a nota de cada indicador contida neste relatório é apenas um dado preliminar, pois a CAA é a instância competente para conferir a nota final aos avaliados.**

Belo Horizonte, 30 de maio de 2011.

---

(assinatura)

**Moacyr Lobato de Campos Filho**

**Controlador-Geral do Estado**

## ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

### 2. DESEMPENHO DO SISTEMA OPERACIONAL

#### 2.1 – INDICADORES FINALÍSTICOS

### Auditoria Geral do Estado

#### Quadro Síntese dos Resultados Finalísticos

Caderno compromissos	Indicador	Valor Atingido	Metas 2010	Valor de Referência	Fórmula de Cálculo	ICM	Peso
<b>Qualidade e Inovação em Gestão Pública</b>							
	1. Média das taxas de execução dos Projetos Estruturadores nos Acordos de Resultados (% - GERAES)	84,25 (2010)	80,00 (2010)	80,98 (2009)	$\frac{VA - 70}{VM - 70}$	1,00	50%
<b>Qualidade Fiscal</b>							
	2. Despesa de pessoal do Poder Executivo / Receita Corrente Líquida (% - SEF)	48,61 (2010)	46,55 (2010)	46,16 (2009)	$\frac{VA - 49}{VM - 49}$	0,16	50%
						<b>ICM Global - Nota dos Finalísticos (Nota Máxima: 10)</b>	<b>0,6</b>

Peso dos Resultados Finalísticos no Acordo de Resultados

Nota Final dos Resultados Finalísticos obtido no Acordo de Resultados

0,0%

## **2.2 – PROJETOS ESTRUTURADORES**

Na Controladoria-Geral do Estado não há este item no Acordo de Resultados da 1ª Etapa.

## ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

### 2.3 – AGENDA SETORIAL DO CHOQUE DE GESTÃO

#### QUADRO DE PRODUTOS

Item	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução <sup>1</sup>	Data de Realização	Dias de atraso	
Desenvolvimento e aprimoramento de metodologias de auditoria e correição administrativa	Seção elaborada do Manual Consolidado de Procedimentos de Auditoria Pública aplicável no âmbito do Sistema Central de Auditoria Interna, correspondente a 20% do referido manual e composta de procedimentos específicos de auditoria relativos a:		3				10
	a) Indicadores de Auditoria;	30/11/2010		1	30/11/2010	0	
	b) Avaliação de Programas Governamentais;	30/11/2010		1	30/11/2010	0	
	c) Avaliação da Gestão Fiscal e da Execução do Orçamento Anual;	30/11/2010		4 <sup>2</sup>	-	-	
	d) Acordo de Resultados;	30/11/2010		1	30/11/2010	0	
	e) Oscip;	30/11/2010		1	30/11/2010	0	
	f) Elaboração do Relatório de Controle Interno;	30/11/2010		1	30/11/2010	0	
	g) Auditorias Especiais e Combate a Corrupção;	30/11/2010		1	30/11/2010	0	
	h) Atos de Admissão e Disposição de Pessoal	01/12/2010		1	01/12/2010	0	
	i) Avaliação da Efetividade de Recomendações e Decisões.	30/11/2010		1	30/11/2010	0	

## ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

Desenvolvimento e aprimoramento de metodologias de auditoria e correição administrativa	Manual de Operação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Auditoria (Siga) elaborado.	30/11/2010	3	1	30/11/2010	0	10
Desenvolvimento e aprimoramento de metodologias de auditoria e correição administrativa	<p><b>Produto</b></p> <p>Relatório “Avaliação de Instrumentos de Transferência e da Aplicação de Recursos Financeiros para Entidades sem Fins Lucrativos – ONG’S” elaborado.</p> <p><b>Marcos</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.Credenciamento dos auditores</li> <li>2.Elaboração do Relatório</li> <li>3.Revisão do relatório</li> <li>4.Credenciamento dos auditores</li> <li>5.Elaboração do Relatório</li> <li>6.Revisão do relatório</li> <li>7.Relatório elaborado</li> </ol> <p><b>Critérios de Aceitação e Fonte de Comprovação do Produto</b></p> <p>Relatório elaborado</p>	<p><b>Marcos:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. concluído</li> <li>2. 31 maio</li> <li>3. 31 julho</li> <li>4. 31 julho</li> <li>5. 30 novembro</li> <li>6. 30 novembro</li> <li>7. 30 de novembro</li> </ol>	3	1	30/11/2010	0	10

## ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

Desenvolvimento e aprimoramento de metodologias de auditoria e correição administrativa	<p><b>Produto</b> Relatório “Avaliação de Regularidade de Contratações de Serviços Técnicos Especializados nos Órgãos e Entidades da Administração Direta Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais” elaborado.</p>	<p><b>Marcos</b> 1.30 de julho 2.31 de julho 3.31 de julho 4.30 de novembro</p>	3	1	30/11/2010	0	10
	<p><b>Marcos</b> 1. Levantamento das contratações de serviços realizadas 2. Relatório elaborado (IPSM) 3. Início dos trabalhos do 2º semestre (IDENE) 4. Relatório elaborado (IDENE)</p> <p><b>Critérios de Aceitação e Fonte de Comprovação do Produto</b> Relatório elaborado</p>						

## ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

<p>Acompanhar a incidência de ilícitos administrativos nos órgãos e entidades do Estado.</p>	<p><b>Produto</b></p> <p>Relatório semestral contendo quantitativo, diagnóstico e ações para a prevenção da ocorrência de ilícitos administrativos.</p> <p><b>Marcos</b></p> <p>1.1ª Coleta de dados 2.2ª Coleta de dados 3.Elaboração do Relatório 4.Elaboração do Relatório</p> <p><b>Critérios de Aceitação e Fonte de Comprovação do Produto</b></p> <p>Publicação do relatório no sítio eletrônico da AUGÉ e o seu envio para a Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA).</p>	<p><b>Marcos</b></p> <p>19 de junho 19 de novembro 29 de junho 30 de novembro</p>	2	1	<p>1º semestre 29/06/2010 2º semestre 30/11/2010</p>	0	10
--	--	---	---	---	--	---	----

**Notas:**

<sup>1</sup> Situação da Execução: 1 – Plenamente executado no prazo; 2 – Plenamente executado com atraso; 3 – Executado parcialmente; 4 – Não executado.

<sup>2</sup> O subitem “Avaliação da Gestão Fiscal e da Execução do Orçamento Anual” consta com o *status* “Não Executado” tendo em vista sua substituição pelos *checklists* Despesas com viagens, Pregão e Análise Contratual, elaborados no prazo previsto no Acordo de Resultados/2010. A substituição se justificou uma vez que a elaboração do manual se mostrou inoportuna em face da publicação de novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, cujo prazo previsto para sua implementação obrigatória é até o exercício de 2012 para União, Estados e Distrito Federal (Resoluções CFC nº 1.128/2008, 1.129/2008, 1.130/2008, 1.131/2008, 1.132/2008, 1.133/2008, 1.134/2008, 1.135/2008 1.136/2008 e 1.137/2008).

## ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

### QUADRO DE INDICADORES

Item	Indicador	Unidade de Medida	Valor de Referência		Peso	Execução no período		Nota Estimada
			Valor	Período		Meta 2010	Resultado 2010	
Acompanhar o plano anual de auditoria nas unidades descentralizadas	Índice médio de execução geral do Plano Anual de Auditoria	%	92,43	2009	9	90%	91,22	10
Aprimorar a apuração das denúncias e de divulgação dos resultados	Tempo médio para encaminhamento de respostas junto ao Portal de Denúncias	Dias	7	2009	3	5 dias	2,1	10
Avaliação e acompanhamento dos Instrumentos de Contratos de Gestão e Programas Governamentais	Número de Programas Governamentais auditados	Nº	2	2009	7	2	2	10
	Número de avaliações de impacto em programas governamentais realizadas	Nº	2	2009	6	2	2	10
	Número de trechos rodoviários do PROACESSO auditados	Nº	18(2008) 33(2009)	2009	5	3	3	10

## ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

Desenvolvimento de ações de auditorias preventivas	Número de CRGs do DER auditadas	Nº	N/D	2009	5	1	1	10
	Número de Acordos de Resultados auditados	Nº	2	2009	7	2	2	10
	Número de Termos de Parceria auditados	Nº	7	2009	7	7	10	10
	% de Notas Técnicas para a celebração ou aditamento de Termos de Parceria com OSCIPs emitidas dentro do prazo legal	%	83,30%	jun/09	13	100%	100% <sup>1</sup>	10
	Índice de inconformidades detectadas nas compras diretas dos órgãos e entidades	%	6,5 (1º semestre) 9,37 (2º semestre)	2009	9	6,5 (1º semestre) 9,37 (2º semestre)	6,85	10

<sup>1</sup> O percentual apurado foi 92,86% porém conforme ofício GAB/AUGE nº340/2010, a não apresentação de cronograma pela Subsecretaria de Gestão da SEPLAG levou ao acúmulo em um só mês de diversas solicitações de nota técnica. Somou-se a isso, a determinação do Governo de priorização de uma nota técnica do Termo de Parceria com o Instituto Travessia, o que resultou em um dia de atraso na análise da nota técnica do III TA da OSCIP Ambiente Brasil e o conseqüente não cumprimento do indicador.

# ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A EXECUÇÃO DOS ITENS DA AGENDA SETORIAL DO CHOQUE DE GESTÃO

Informações complementares sobre a execução	
<p>Seção elaborada do <b>Manual Consolidado de Procedimentos de Auditoria Pública</b> aplicável no âmbito do sistema central de auditoria interna, correspondente a 20% do referido manual e composta de procedimentos específicos de auditoria relativos a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Indicadores de Auditoria;</li> <li>b) Avaliação de Programas Governamentais;</li> <li>c) Avaliação da Gestão Fiscal e da Execução do Orçamento Anual;</li> <li>d) Acordo de Resultados;</li> <li>e) Oscip;</li> <li>f) Elaboração do Relatório de Controle Interno;</li> <li>g) Auditorias Especiais e Combate a Corrupção;</li> <li>h) Atos de Admissão e Disposição de Pessoal;</li> <li>i) Avaliação da Efetividade de Recomendações e Decisões.</li> </ul> <p>Nota: 1) O produto descrito na alínea “c”, Avaliação da Gestão Fiscal e da Execução do Orçamento Anual, foi substituído pelos checklists Despesas com Viagens, Pregão e Análise Contratual, em razão do descrito nas considerações apresentadas na coluna ao lado.</p>	<p>O Manual Consolidado de Procedimentos de Auditoria Pública contempla as metodologias, instruções, conceitos, normas, roteiros, manuais, <i>checklists</i> e modelos de documentos utilizados em trabalhos de auditoria realizados no âmbito do Sistema Central de Auditoria Interna. O referido manual representa instrumento de trabalho imprescindível ao auditor, visto que agrega, em um mesmo compêndio, múltiplas fontes de consultas necessárias ao desempenho de suas atividades.</p> <p>A elaboração do Manual compõe-se de cinco etapas, a primeira das quais teve início no exercício de 2008, e cujo final é previsto para o exercício de 2012. Até o ano de 2009 foram desenvolvidos 40% (quarenta por cento) do Manual e, para o exercício de 2010, outros 20% (vinte por cento), totalizando 60% (sessenta por cento) do Manual. As atividades relativas ao exercício de 2010 consistiram na revisão de conteúdo e de forma dos manuais e roteiros existentes e eventual revisão e atualização dos <i>checklists</i> que os compõem.</p> <p>Ressaltamos que todos os itens componentes do Manual Consolidado foram elaborados no prazo previsto no Acordo de Resultados; entretanto, o item “Avaliação da Gestão Fiscal e da Execução do Orçamento Anual” teve sua elaboração prejudicada tendo sido substituído pelos checklists “Despesas com Viagens, Pregão e Análise Contratual”, em razão da publicação de novas “Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público” – NBCASP, cuja normatização vem sendo atualizada para sua utilização a partir de 2010, sendo que o prazo previsto para sua implementação obrigatória é até o exercício de 2012 para União, Estados e Distrito Federal. Essa substituição foi tempestivamente solicitada à Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) por meio do Ofício Gab. Auge nº 160, de 28 de maio de 2010. Em resposta, a Seplag encaminhou o Ofício Gab. Sec. nº 747, de 10 de setembro de 2010, acompanhado da Nota Técnica, de 30 de julho de 2010, manifestando-se favoravelmente às modificações requeridas, considerando-as tecnicamente pertinentes, orientando, entretanto, a submissão do pleito à Comissão de Acompanhamento e Avaliação, ao final do período avaliatório, por meio do Relatório de Execução.</p> <p>Diante do exposto, submeteremos à análise dessa Comissão as considerações supra, objetivando a ratificação do entendimento contido na Nota Técnica emitida pela Seplag.</p> <p>Fontes de comprovação: Memorando SPD/Auge nº 76, de 30/11/2010, encaminhando o Manual de Operação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Auditoria (Siga), no qual consta o despacho da Auditora-Geral do Estado aprovando-o no prazo pactuado. Comprovação da disponibilização dos subitens do Manual (manuais, roteiros e checklists) no sítio eletrônico da Auge/MG para consulta e download, em 30/11/2010.</p>

## ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

<b>Informações complementares sobre a execução</b>	
<b>Manual de Operação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Auditoria (Siga), elaborado.</b>	O Manual de Operação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Auditoria (Siga) contempla os procedimentos a serem observados pelos usuários do Sistema no âmbito do Sistema Central de Auditoria Interna necessários ao registro de dados dos trabalhos de auditoria em elaboração nas diversas unidades que o compõem. Disponibiliza para consulta as próprias telas do Sistema, apresentando o significado de cada campo e indicando o conteúdo a ser inserido, com vistas a aproximar a teoria da prática. Pelo nível de detalhamento pretendido, o Manual de Operação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Auditoria (Siga) representa uma ferramenta de utilização frequente do usuário do Sistema. O suporte operacional provido pelo referido manual propicia celeridade na elucidação de dúvidas, conferindo ao usuário maior autonomia na realização das tarefas sob sua responsabilidade, minimizando, inclusive, a necessidade de realização de ações de capacitação para esse fim. Fontes de comprovação: Memorando SPD/Auge nº 77, de 30/11/2010, encaminhando o Manual de Operação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Auditoria (Siga) no qual consta o despacho da Auditora-Geral do Estado aprovando-o no prazo pactuado. Comprovação da disponibilização do Manual de Operação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Auditoria (Siga) no sítio eletrônico da Auge/MG para consulta e download, em 30/11/2010.
<b>Relatório “Avaliação de Instrumentos de Transferência e da Aplicação de Recursos Financeiros para Entidades sem Fins Lucrativos – ONG’S” elaborado.</b>	Relatório de Auditoria nº. 1370.8031.10 encaminhado ao Gabinete da Auditora-Geral do Estado por meio do Memorando SCAO/AUGE nº. 271/10, de 30/11/2010 e encaminhado aos Órgãos SEMAD e IEF pelos Ofícios GAB/AUGE nº 320 e nº 321, respectivamente.
<b>Relatório “Avaliação de Regularidade de Contratações de Serviços Técnicos Especializados nos Órgãos e Entidades da Administração Direta Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais” elaborado.</b>	Relatório de Auditoria nº. 2420.8065.10, encaminhado ao Gabinete da Auditora-Geral do Estado por meio do Memorando SCAO/AUGE nº. 272/10 de 30/11/2010 e encaminhado ao IDENE pelo Ofício GAB/AUGE nº 355/10.
<b>Relatório semestral contendo quantitativo, diagnóstico e ações para a prevenção da ocorrência de ilícitos administrativos.</b>	Os dois relatórios foram elaborados dentro do prazo, as informações sobre o quantitativo e diagnóstico foram fornecidas pela Diretoria Central de Acompanhamento Processual/DICAP/SCCA.

## ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

<b>Informações complementares sobre a execução</b>	
<b>Índice médio de execução geral do Plano Anual de Auditoria.</b>	O período compreendido entre o encerramento do exercício (prazo limite para a execução do Plano Anual de Auditoria - PAA) e a entrega do resultado consolidado da taxa geral de execução do PAA (prazo limite até 13/01) mostra-se insuficiente para a avaliação de cada PAA das 58 Unidades de Auditoria a serem examinadas. Tendo em vista que o indicador avalia a execução do PAA no exercício, a avaliação plena ocorrerá após o encerramento do ano, sendo necessário, portanto, um período de avaliação pós-exercício adequado e suficiente para a conclusão da avaliação dos PAA de 58 Unidades. Desta forma, foi solicitado e autorizado por meio da Coordenação Geral por meio do Sr. Rodrigo Furtado estender o prazo deste indicador para o dia 21/01/2010.
<b>Tempo médio para encaminhamento de respostas junto ao Portal de Denúncias.</b>	O resultado (2,1 dias) é a média obtida pela divisão entre o somatório de dias gastos para primeira resposta ao denunciante e o número total de denúncias recebidas por meio do Portal de Denúncias.
<b>Índice de inconformidades detectadas nas compras diretas dos órgãos e entidades</b>	Relatórios emitidos em julho de 2010 e em dezembro de 2010. O resultado da taxa apurada no 1º semestre de 2010 alcançou o percentual de 3,6%, portanto, abaixo da meta de menor/igual a 6,5% prevista para aquele período. Já o 2º semestre de 2010 alcançou o percentual de 6,85%, portanto, abaixo da meta de menor/igual a 9,37% prevista para aquele período.
<b>Número de programas governamentais auditados</b>	No primeiro semestre, foi realizada avaliação do Programa "Parceria para Provisão de Serviços de Interesse Público- PPP - Concessão MG-050" – Relatório nº 1460.2522.10 entregue ao Secretário da SETOP em 27/05/2010, por meio do Ofício GAB/AUGE nº 131 de 12/05/2010. No segundo semestre, foi realizada avaliação do Programa "Resíduos Sólidos" – Relatório nº 1370.8365.10 entregue ao gestor em 20/12/2010, por meio do Ofício GAB/AUGE nº 311/2010 e 312/2010 de 14/12/2010. Meta plenamente cumprida.
<b>Número de avaliações de impacto em programas governamentais realizadas</b>	No primeiro semestre, foi realizada avaliação de Impacto do Projeto Estruturador "Saneamento Básico - Mais Saúde para Todos" – Relatório nº 1520.4114.10 entregue ao gestor em 11/08/2010, por meio do Ofício GAB/AUGE nº 221/2010 e 223/2010 de 28/07/2010. No segundo semestre, foi realizada avaliação de Impacto do Projeto Estruturador "Regionalização Urgência e Emergência - ação PROHOSP" - Relatório nº 1320.8041.10 entregue ao gestor em 15/12/2010, por meio do Ofício GAB/AUGE nº 299 de 30/11/2010. Meta plenamente cumprida.
<b>Número de trechos rodoviários do PROCESSO auditados</b>	Trabalho iniciado em maio de 2010, para avaliação dos seguintes trechos: - Alvorada de Minas - Serro (Rodovia Municipal); - Senador Modestino Gonçalves - São Gonçalo do Rio Preto (Rodovia MG 214) e - Santo Antônio do Itambé - Serro (Rodovia MG 010). Em junho/2010, foram contratadas as empresas Rubble Engenharia e Consultoria Ltda e SOLOCAP Tecnologia e Serviços de Engenharia Ltda para dar suporte técnico aos trabalhos realizados nos Programas Governamentais, tendo em vista a não prorrogação do Convênio de Cooperação Técnica com a FUMEC. O Resultado de 2008 e 2009 considerados no valor de referência do indicador está errado, uma vez que este indicador foi desmembrado no exercício de 2010 em dois indicadores distintos. Em 22/12/2010 foi entregue o Relatório de Auditoria nº 2300.8666.10 ao gestor, por meio do Ofício GAB/AUGE nº 324/2010 e 328/2010 de 20/12/2010. Meta plenamente cumprida.

## ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

<b>Informações complementares sobre a execução</b>	
<b>Número de CRGs do DER auditadas</b>	<p>Trabalho realizado na 19ª CRG – Itajubá. Foram escolhidos para serem avaliados, os seguintes trechos do PROMG Pleno: - MGC-383 – Cristina – Maria da Fé;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- MG-158 - Entrº. BR-354 - Itanhandu - Divisa MG/SP (Passa Quatro);</li><li>- MG-350 – Delfim Moreira - Entrº. BR-459 (Itajubá);</li><li>- AMG-1915 – Entrº. BR-459 (Divisa MG/SP) - Delfim Moreira;</li><li>- MGT-383 – Maria da Fé – Itajubá;</li><li>- MG-350 – Entrº. BR-354 (Pouso Alto) – Virgínia.</li></ul> <p>Em junho/2010, foram contratadas as empresas Rubble Engenharia e Consultoria Ltda e SOLOCAP Tecnologia e Serviços de Engenharia Ltda para dar suporte técnico aos trabalhos realizados nos Programas Governamentais, tendo em vista a não prorrogação do Convênio de Cooperação Técnica com a FUMEC. Em 02/12/2010 foi entregue o Relatório de Auditoria nº 2300.7644.10 ao gestor, por meio do Ofício GAB/AUGE nº 286 de 19/11/2010. Meta plenamente cumprida.</p>
<b>Número de Acordos de Resultados auditados</b>	<p>Foram realizados dois trabalhos de auditoria nos Acordos de Resultado da Secretaria de Estado de Cultura – SEC e da Secretaria de Estado de Turismo – SETUR. O relatório de Auditoria nº 1270.8595.10 realizado na SEC foi entregue por meio do Ofício GAB/AUGE nº 315/10 de 16/12/2010 e o Relatório de Auditoria nº 1410.8808.10 realizado na SETUR foi entregue por meio do Ofício GAB/AUGE nº 331/10 e 332/10 de 21/12/2010. Meta plenamente cumprida.</p>
<b>Número de Termos de Parceria auditados</b>	<p>No primeiro semestre, foram entregues os seguintes Relatórios de Auditoria:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) RA Nº 1530.0414.10 – OSCIP IBDEEC - Ofícios GAB/AUGE nº 010/2010 e 011/2010, de 25/01/2010;</li><li>2) RA nº 1500.0757.10 - OSCIP CEMAIS - Ofício GAB/AUGE nº 041/2010 de 28/02/2010;</li><li>3) RA nº 1260.1015.10 - OSCIP IHR - Ofício GAB.AUGE nº 054.2010 de 16/03/2010;</li><li>4) RA nº 1490.1667.10 - OSCIP MDC-MG - Ofício GAB.AUGE nº 101/2010 e 102/2010 de 20/04/2010;</li><li>5) RA nº 1270.2980.10 - SEC/OSCIP ICSM Plug Minas - Ofício GAB.AUGE nº 149/2010 e 152/2010, de 26/05/2010;</li><li>6) RA nº 1530.2916.10 - OSCIP IGETEC - Ofício GAB/AUGE nº 151, 26/05/2010;</li><li>7) RA nº 1450.3449.10 - OSCIP Apresca - Ofício GAB/AUGE nº 175, 10/06/2010.No segundo semestre, foram entregues os seguintes Relatórios de Auditoria:</li><li>8) RA nº 2090.7102.10 - OSCIP FIP - Ofício GAB/AUGE nº 262/2010 e 263/2010, de 18/10/2010;</li><li>9) RA nº 1530.7137.10 - OSCIP Terra da Sobriedade - Ofício GAB/AUGE nº 266 e 267 de 21/10/2010;</li><li>10) RA nº 2090.8409.10 - OSCIP Ambiente Brasil - Ofício GAB/AUGE nº 322/2010, de 16/12/2010. Meta plenamente cumprida. Para este indicador estava previsto que a Diretoria Central de Auditoria de Contratos de Gestão - DCACG iria auditar 07 (sete) Termos de Parceria. O aumento de 42,86% se deve a demanda do Governador em se realizar todos os termos de parceria vigentes com as OSCIPs que não foram objeto de auditoria no exercício de 2009. Para o alcance desta meta estipulada pela Auditora-Geral foi necessário o remanejamento de dois servidores da Diretoria Central de Auditoria de Contas e dois servidores da Diretoria Central de Auditoria em Programas Governamentais, bem como de outro servidor da Superintendência Operacional.</li></ol>

## ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

Informações complementares sobre a execução	
<b>% de Notas Técnicas para a celebração ou aditamento de Termos de Parceria com OSCIPs emitidas dentro do prazo legal</b>	<p>Foram emitidas 16 Notas Técnicas referentes à celebração ou aditamento de Termos de Parceria, sendo que 02 Notas Técnicas não serão contabilizadas, quais sejam CEMAIS nº 1500.0287.10 e ICSM nº 2180.0459.10. Foram entregues as seguintes Notas Técnicas:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) NT nº 1450.1712.10 – OSCIP ELO - Ofícios GAB/AUGE nº 107/2010, de 23/04/2010;</li><li>2) NT nº 2090.2722.10 – II TA OSCIP Ambiente Brasil - Ofício GAB/ nº 136/2010, de 17/05/2010;</li><li>3) NT nº 2090.3054.10 – Novo Termo de Parceria OSCIP Ambiente Brasil - Ofício GAB/ nº 159/2010, de 28/05/2010;</li><li>4) NT nº 1480.3049.10 - OSCIP CEMAIS/SEDESE - Ofício GAB/ nº 159/2010, de 28/05/2010;</li><li>5) NT nº 1530.3451.10 – II TA OSCIP Terra da Sobriedade - Ofício GAB/ nº 174/2010, de 10/06/2010;</li><li>6) NT nº 2090.4188.10 – IV TA OSCIP FIP/FEAM - Ofício GAB/ nº 191/2010, de 23/06/2010;</li><li>7) NT nº 1530.4193.10 – II TA OSCIP IGETEC/SEEJ - Ofício GAB/ nº 192/2010, de 25/06/2010;</li><li>8) NT nº 1480.4192.10 – I TA OSCIP CEMAIS/SEDESE/Projovem complementar - Ofício GAB/ nº 193/2010, de 23/06/2010;</li><li>9) NT nº 1500.4405.10 – V TA OSCIP CEMAIS/SEPLAG - Ofício GAB/ nº 184/2010, de 30/06/2010;</li><li>10) NT nº 1530.7640.10 – II TA OSCIP IBDEEC - Ofício GAB/ nº 279/2010, de 08/11/2010;</li><li>11) NT nº 2090.8196.10 – III TA OSCIP Ambiente Brasil/FEAM - Ofício GAB/ 304/2010, de 03/12/2010;</li><li>12) NT nº 1500.8282.10 – OSCIP Travessia - Ofício GAB/ nº 305/2010, de 06/12/2010;</li><li>13) NT nº 1500.8446.10 – OSCIP Travessia complementar - Ofício GAB/ nº 310/2010, de 13/12/2010;</li><li>14) NT nº 1500.8743.10 – OSCIP IBDEEC - Ofício GAB/ nº 323/2010, de 20/12/2010.</li></ol> <p>O indicador nº 14 do Acordo de Resultados (AR) – 1ª Etapa, desta Auditoria-Geral, determina que a Diretoria Central de Auditoria de Contratos de Gestão - DCACG deva emitir 100% das Notas Técnicas para a celebração ou aditamento de Termos de Parceria com OSCIPs, dentro do prazo legal.</p> <p>Todavia, considerando o volume de Notas Técnicas e o número reduzido de servidores da mencionada Diretoria, foi acordado com essa Secretaria, por meio da Subsecretaria de Gestão, na pessoa do Subsecretário Frederico César Silva Melo, que a mesma enviaria um cronograma com o parcelamento das Notas Técnicas a serem enviadas, de forma a evitar o seu acúmulo em um só mês, o que tornaria impossível o cumprimento da referida meta do Acordo de Resultados. Como o cronograma não foi apresentado e, conseqüentemente, não tendo havido a alteração do indicador, a meta foi mantida em 100%. Soma-se a isto, o fato de que as Notas Técnicas são enviadas em dias ou semanas diferentes e consecutivas, sem que as em elaboração pela DCACG estivessem finalizadas.</p>

# ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

Informações complementares sobre a execução	
<b>% de Notas Técnicas para a celebração ou aditamento de Termos de Parceria com OSCIPs emitidas dentro do prazo legal</b>  (continuação)	<p>Apesar do esforço da Diretoria em cumprir o prazo estipulado em decreto e priorizar as metas do Acordo de Resultados, esta Auditoria-Geral foi sobrecarregada no mês de novembro, com o encaminhamento para análise dos seguintes Termos de Parceria:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- OSCIP IBDEEC – II TA – OF. GAB. SUGES Nº 219/2010 de 03/11/2010;</li><li>- OSCIP IBDEEC – Novo TP – OF. GAB. SUGES Nº 237/2010 de 23/11/2010;</li><li>- Ambiente Brasil – III TA – OF.GAB.SUGES Nº 235/2010 de 24/11/2010;</li><li>- Instituto Travessia – Novo TP – OF.GAB.SEC. 902/2010 de 25/11/2010.</li></ul> <p>Dentre estes termos de parceria cumpre-me destacar que esta Pasta solicitou-nos que priorizasse por determinação do Governo, o Termo de Parceria que seria celebrado com o Instituto Travessia. Esta prioridade acabou prejudicando o cumprimento do prazo legal de 15 dias corridos, estipulado em Decreto, para a entrega pela Auditoria-Geral da Nota Técnica do III TA da OSCIP Ambiente Brasil, que acabou resultando em um dia de atraso.</p> <p>Diante do exposto, solicito que a Comissão de Avaliação desconsidere este atraso, uma vez que essa Secretaria não cumpriu com o que foi acordado de encaminhar o cronograma, é verdade verbalmente, com esta Auditoria-Geral, à época do fechamento do Acordo de Resultados.</p> <p>Conforme informação prestada pela Diretora da DCPO/SEPLAG, por email, em 28/10/2010, à representante do Acordo de Resultados, desta Auditoria-Geral, essa Secretaria estava aguardando orientações para a elaboração dos aditivos para o exercício de 2011, tendo em vista o momento de definições quanto ao objeto dos termos a serem pactuados e seus respectivos orçamentos. Dois (2) termos seriam enviados até o mês de novembro, pois possuem vigência até o final de 2010. Com vigência até 31 de janeiro de 2011, outros 6 (seis) seriam enviados assim que fossem dadas as diretrizes.</p> <p>Nota-se que após a informação prestada, foram encaminhadas para análise, 4 (quatro) Termos Aditivos no mês de novembro e 3 (três) iriam chegar, conforme informação obtida pelo Diretor da DCACG junto à DCPO/SEPLAG, quais sejam ADTV, MDC e ICF. Em final de dezembro foram entregues os Termos da ADTV e MDC para análise.</p> <p>Em 28/12/2010 foi encaminhado à Secretária de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, o Ofício GAB/AUGE nº 340/10, pedindo que solicite à Comissão de Avaliação que possa desconsiderar este atraso, o qual estamos aguardando a sua resposta.</p> <p>Diante deste fato recorrente por parte da SEPLAG que vem prejudicando o resultado do nosso Acordo de Resultados, solicitamos que a Comissão de Avaliação exclua este indicador.</p>

## ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

Recomendações	
1	Excluir o indicador “% de Notas Técnicas para Celebração ou Aditamento de Termos de Parceria Emitidas dentro do Prazo”.

## ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

### 2.4 – INDICADORES DE RACIONALIZAÇÃO DO GASTO

Indicadores de Racionalização do Gasto		PESO	Órgão / Entidade	Metas		Realizado	Farol
				2010	Proporcional (até o mês)		
1	Número de Remanejamentos Orçamentários	30%	1521 - AUGE	4	4	2	☺
2A	Limite de gastos com despesa típica da área meio	50%	1521 - AUGE	R\$ 2.311.477	R\$ 2.311.477	R\$ 1.920.326	☺
2B	Percentual de participação dos itens meio em relação à despesa total		1521 - AUGE	35,27%	35,27%	54,58%	☹
3	Monitoramento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN	20%	1521 - AUGE	100,00%	100,00%	100,00%	☺

## ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A EXECUÇÃO DOS INDICADORES / PRODUTOS

Informações complementares sobre a execução	
Limite de Gastos com despesa típica de área meio	<p>Os seguintes elementos/itens tiveram aumento considerável de consumo em 2010:</p> <p>3003 - Utensílios Para Refeitório E Cozinha (72,60%); 3015 - Material Fotográfico, Cinematográfico e de Comunicação (172,27%); 3911 - Assinaturas de Jornais, Revistas E Periódicos (117,05%); 3941 – Anuidades (85,30%); 3999 - Outros Serviços Pessoa Jurídica (333,69%).</p> <p>Primeiramente, cumpre ressaltar que os elementos-itens que apresentaram um aumento de consumo quando analisadas as despesas totais dos exercícios de 2010 e 2009 representam um montante consideravelmente baixo quando comparado ao orçamento anual deste órgão de controle interno e não representou ameaça à meta de racionalização de gastos.</p> <p>Quanto aos utensílios para refeitório e cozinha, espera-se reduzir tal despesa com a implementação do Projeto Ambientação, já que grande parte da aquisição nesse elemento-item refere-se a copos descartáveis.</p> <p>Quanto à 3911 e à 3941, devido à mudança na assinatura da Biblioteca virtual e da Editora Fórum que antes eram impressas e agora são digitais, houve um aumento de preços.</p> <p>Quanto à 3015 - Material Fotográfico, Cinematográfico e de Comunicação (172,27%), devido à mudança para a Cidade Administrativa foi necessária a compra de fones digitais para o CAGEC (Cadastro Geral de Convenientes) já que os analógicos não eram adequados à Cidade Administrativa. Não haverá uma grande compra em 2011 para o mesmo elemento.</p> <p>Quanto à 3999 - Outros Serviços Pessoa Jurídica (333,69%), o aumento deste elemento foi devido a troca dos carimbos por ocasião da mudança para a Cidade Administrativa. O endereço nos carimbos teve que ser alterado e por isto houve uma grande demanda nesse elemento. Não há previsão de grandes compras para o mesmo futuramente.</p>
Percentual de participação dos itens meio em relação à despesa total	<p>A meta “limite de gastos com despesa típica de área meio” estabelecida em valores absolutos foi atingida pelo órgão, não havendo então, a necessidade de optar pela meta “percentual de participação dos itens meio em relação à despesa total”. Este indicador então será desconsiderado.</p>

## ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

### 2.5 QUADRO GERAL DE DESEMPENHO

Quadros de cada objeto de pactuação	Peso (%)
Resultados finalísticos	30
Execução da Agenda Setorial do Choque de Gestão	60
Racionalização do Gasto	10
Total	100